

Este material foi testado com as seguintes questões de acessibilidade:

- PDF lido por meio do software *NVDA* (leitor de tela para cegos e pessoas com baixa visão);
- Guia da *British Dyslexia Association* para criar o conteúdo seguindo padrões como escolha da fonte, tamanho e entrelinha, bem como o estilo de parágrafo e cor;
- As questões cromáticas testadas no site *CONTRAST CHECKER* (<https://contrastchecker.com/>) para contraste com fontes abaixo e acima de 18pts, para luminosidade e compatibilidade de cor junto a cor de fundo e teste de legibilidade para pessoas daltônicas.

Mulheres Negras, Amazônidas e Marajoaras

Black, Amazonid and Marajoaras Women

Mujeres Negras, Amazónidas y Marajoaras



Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães

Universidade Federal do Pará (UFPA), Marajó, Pará, Brasil,
profa.jacquimaraes.trabalhos@gmail.com



Letícia Costa de Carvalho

Universidade Estadual do Pará (UEPA), Marajó, Pará, Brasil
carvalholeticia531@gmail.com



Sara Soares de Araújo

Universidade Federal do Pará (UFPA), Baixo Tocantins, Pará, Brasil
soaresdearaujosara@gmail.com



Vanessa de Souza Gama

Universidade Federal do Pará (UFPA), Marajó, Pará, Brasil
vanessagamaly20@gmail.com



Silvana Ramos Lacerda

Universidade Federal do Pará (UFPA), Marajó, Pará, Brasil
silvanalacerdasrl@gmail.com

Resumo: Apresentamos considerações sobre gênero e raça na Amazônia paraense, a fim de pensarmos sobre os impactos do racismo, do machismo e da misoginia na vida de mulheres negras marajoaras. Para realizarmos estas reflexões, seguimos a seguinte trajetória: Primeiro, recorreremos a historiografia do negro na Amazônia e os seus entrelaçamentos com o Marajó, para, posteriormente, determo-nos conceitualmente nos termos da identidade, gênero, racismo, machismo e misoginia, para, então, por fim apresentarmos os resultados da pesquisa. Para adensar as reflexões sobre a temática em tela, recorreremos aos

estudos de autores como Pacheco (2010; 2011 e 2016), Salles (1971 e 2015) e Guimarães (2020), Noletto (2018) e Câmara (2017), que retratam sobre a historiografia e construção da identidade negra na Amazônia, assim como Amaro (2019), Carvalho (2019), Almeida (2018), Carneiro (1993), Bell Hooks (1981), Neuza Souza (1983) e Lélia Gonzalez (2016), Osório (2013), Kabengele Munanga (2004), Lia Vainer Schucman (2018), Santos (2009) e Luiz Augusto Campos (2013), para fomentar o debate sobre identidade étnico-racial e os seus cruzamentos com o racismo. A pesquisa-ação aqui apresentada é pautada em levantamento bibliográfico, documental e de campo, no qual o material colhido constitui-se em desdobramentos do projeto de extensão “Ser Negro no Marajó”, que tem forte articulação com a pesquisa e o ensino a fim de identificar demandas quanto ao debate da diversidade étnico-racial na região marajoara. Desta forma, no período de agosto a setembro de 2017, durante as ações de extensão do Projeto Ser Negro no Marajó, entrevistamos 34 sujeitos, no total, todavia, neste estudo, damos centralidade às falas das 22 mulheres que participaram da pesquisa. Verificamos que estas 22 mulheres são cisgêneras, servidoras, discentes dos cursos de nível superior e professoras das escolas públicas de Breves/PA. As que se autodeclararam pardas não se percebem enquanto mulheres negras e nem identificam as situações de racismo ao longo de suas vidas, enquanto que as que se autodeclararam pretas, ao assumirem uma identidade negra, relataram diferentes situações de racismo, remetendo-nos ao emergente e necessário debate sobre colorismo, mestiçagem e pigmentocracia na Amazônia e no Marajó.

Palavras-Chave: Identidade racial. Autodeclaração. Racismo. Gênero. Marajó.

Abstract: We present considerations about gender and race in the Paraense Amazon, in order to think about the impacts of racism, male chauvinism and misogyny on the lives of black Marajoara women. In order to carry out these reflections, we searched the following trajectory: First, we explored black's historiography in the Amazon and their intertwining with Marajó; subsequently, focused on concepts of identity, gender, racism,

male chauvinism and misogyny, and then, finally, we demonstrate the research's results. To deepen the reflections on the theme at hand, we resorted to the studies of authors such as Pacheco (2010; 2011 and 2016), Salles (1971 and 2015) and Guimarães (2020), Noletto (2018) and Câmara (2017), who portray on the historiography and construction of black identity in the Amazon, as well as Amaro (2019), Carvalho (2019), Almeida (2018), Carneiro (1993), Bell Hooks (1981), Neuza Souza (1983) and Lélia Gonzalez (2016) , Osório (2013), Kabengele Munanga (2004), Lia Vainer Schucman (2018) and Luiz Augusto Campos (2013), to foster the debate on ethnic-racial identity and its intersections with racism. The action-research presented here is based on a bibliographic, documentary and field survey, in which the material collected is the result of the extension project "Ser Negro no Marajó", which has a strong articulation with research and teaching. to identify demands regarding the debate on ethnic-racial diversity in the Marajoara region. Thus, in the period from August to September 2017, during the extension actions of the Ser Negro Project in Marajó, we interviewed 34 subjects, in total, however, in this study, we centralize the statements of the 22 women who participated in the research. We verified that these 22 women are cisgenders, servants, students of higher education courses and teachers of public schools in Breves / PA. Those who declare themselves to be brown do not realize themselves as black women and do not identify situations of racism throughout their lives, while those who declare themselves as black people, by assuming a black identity, reported different situations of racism, referring us to the emergent and necessary debate on colorism, miscegenation and pigmentocracy in the Amazon and Marajó.

Keywords: Racial identity. Self-declaration. Racism. Gender. Marajó.

Resumen: Presentamos consideraciones acerca de género y raza en la Amazonía 'paraense', a fin de pensarnos sobre los impactos del racismo, del machismo y de la misoginia en la vida de las mujeres negras marajoaras. Para realizarnos estas reflexiones tomamos la siguiente trayectoria: En primero, recurrimos la

historiografía del negro en la Amazonía y sus entrelazamientos con el Marajó, para posteriormente nos detenermos conceptualmente en los términos de la identidad, género, racismo, machismo y misoginia, para entonces, por fin presentarnos los resultados de la investigación. Para espesar las reflexiones sobre el tema que nos ocupa, recurrimos a los estudios de autores como Pacheco (2010; 2011 y 2016), Salles (1971 y 2015) y Guimarães (2020), Noletto (2018) y Câmara (2017), que retratan sobre la historiografía y construcción de la identidad negra en la Amazonía, así como Amaro (2019), Carvalho (2019), Almeida (2018), Carneiro (1993), Bell Hooks (1981), Neuza Souza (1983) y Lélia González (2016), Osório (2013), Kabengele Munanga (2004), Lia Vainer Schucman (2018), Santos (2009) y Luiz Augusto Campos (2013), para fomentar el debate sobre la identidad étnico-racial y sus intersecciones con el racismo. La investigación-acción que aquí se presenta se basa en un relevamiento bibliográfico, documental y de campo, en el que el material recopilado es el resultado del proyecto de extensión "Ser Negro no Marajó", que tiene una fuerte articulación con la investigación y la docencia. El debate sobre la diversidad étnico-racial en la región de Marajoara. Así, de agosto a septiembre de 2017, durante las acciones de extensión del Proyecto Ser Negro en Marajó, entrevistamos a 34 sujetos, en total, sin embargo, en este estudio, centralizamos las declaraciones de las 22 mujeres que participaron en la investigación. Verificamos que estas 22 mujeres son cisgéneros, servidoras, estudiantes de los cursos de graduaciones y profesoras de las escuelas públicas de Breves/PA. Las que se auto declaran pardas no se perciben en cuanto mujeres negras y ni identifican las situaciones de racismo a lo largo de sus vidas, mientras que las que se auto declaran negras, al asumir una identidad negra, relataron diferentes situaciones de racismo, refiriéndose a los debates emergentes y necesarios acerca del colorismo, mestizaje y pigmentocracia en la Amazonía y en el Marajó.

Palabras Clave: Identidad racial. Autodeclaración. Racismo. Género. Marajó.

Data de submissão: 01/06/2021

Data de aprovação: 20/09/2021

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar as manifestações do racismo e seus impactos na vida de mulheres negras que residem na região marajoara, realizando uma discussão intercalada ao debate sobre a construção da identidade negra na Amazônia, constituindo-se enquanto resultado de ações de pesquisa e extensão fomentadas em programa e grupo de estudo que visa dialogar e refletir sobre os direitos da infância amazônica e marajoara à diversidade étnico-racial, intitulado Direitos Humanos, Infâncias e Diversidade no Arquipélago do Marajó (DHIDAM), que tem como um dos seus principais braços de ações o projeto de extensão “Ser Negro no Marajó”, que, iniciado em 2017 com a **I Semana do Ser Negro no Marajó**¹, na qual realizamos diversas ações de caráter formativo e interventivo com a comunidade local a fim de possibilitar o acesso de diferentes atores sociais aos debates suscitados sobre a diversidade étnico-racial na região marajoara, tendo como público crianças, jovens e adultos. Assim, dentre as ações realizadas, destacamos a execução de rodas de conversa, cine-debates, oficinas, mesas-redondas, apresentações culturais e palestras, bem como a aplicação dos questionários aqui utilizados, o qual identificou as principais demandas sobre o debate em tela e potencializou

¹ Este evento anual, encontra-se em sua quarta versão mesmo em tempos de restrições impostas pela pandemia do novo COVID-19. No período de 16 a 20 de novembro deste ano realizamos a *live* IV Semana Ser Negro no Marajo, com seguinte tema: “Epistemologias afrocentradas na Amazônia e o protagonismo do negro na construção do pensamento científico: entre correntes e liberdade”, tendo a participação de diferentes pesquisadores da Amazônia brasileira. Este evento pode ser acessado na página do facebook <<https://www.facebook.com/dhinfanciamarajo>>.

momentos importantes para a construção de uma educação antirracista no território marajoara².

A partir das demandas identificadas durante as ações extensionistas realizadas pelo Projeto Ser Negro no Marajó, junto ao Programa Direitos Humanos, Infâncias e Diversidades no Arquipélago do Marajó-DHIDAM, realizamos uma pesquisa com mulheres servidoras pública, professoras e discentes de graduação de universidades públicas e privadas na qual iremos centralizar as discussões suscitadas neste estudo, a fim de compreender as demandas que o município de Breves/PA apresentava quanto ao debate étnico-racial. Para tanto, foram realizadas, no período de agosto e setembro de 2017, entrevistas semiestruturadas com 34 pessoas, que relataram suas histórias de vidas e experiências com o racismo, seja declarado ou sutil.

Guimarães (2020), ao se debruçar sobre as manifestações e impactos desta violência na vida de jovens breveses, constatou a complexidade do tema para uma população amazônida e marajoara que ainda precisa compreender e conhecer as suas raízes, ancestrais e culturais, conseqüentemente, as suas identidades, sendo destacado pela autora a existência de dois processos que impedem o fortalecimento de uma identidade negra marajoara, bem como a percepção do racismo no Marajó por suas vítimas: I) o mito da democracia racial que atinge o país e II) o processo de invisibilização da população negra na Amazônia. Fatores que se constituem em verdadeiros desafios para os projetos pedagógicos, seja da educação

² Os referidos programa e projeto são vinculados à Faculdade de Serviço Social do Campus Universitário do Marajó/Breves da Universidade Federal do Pará (CUMB/UFPA).

básica seja da educação de nível superior (GUIMARÃES, 2020).

Contudo, existem outros aspectos que necessitam ser problematizados a fim de compreendermos as diferentes manifestações do racismo, dentre as quais destacamos os aspectos de gênero, que aliados aos de classe, atingem com mais intensidade mulheres negras que passam a ser atravessadas por diferentes níveis de opressão. Portanto, neste artigo, ao nos atentarmos a estes aspectos que necessitam ser problematizados e aprofundados, apresentamos considerações sobre as categorias gênero e raça, articulando-as ao debate sobre identidade étnico-racial, para pensarmos sobre os impactos do racismo na vida de mulheres negras, tomando o território da Amazônia marajoara.

Assim, o presente estudo se estrutura em três partes, além de introdução e considerações finais. Inicialmente, recorreremos à historiografia do negro na Amazônia e os seus entrelaçamentos com a região do Marajó, utilizando autores como Pacheco (2010; 2011 e 2016), Salles (1971 e 2015) e Guimarães (2020). A fim de adensar os diálogos empreendidos inicialmente, à complexidade dos temas sobre identidade étnico-racial na Amazônia, recorreremos a Noleto (2018) e Câmara (2017) que tratam sobre os impactos da *morenidade* na invisibilização de negros e negras paraenses e amazônidas.

Num segundo momento, enfatizamos o debate sobre identidade étnico-racial e os seus cruzamentos com o racismo, utilizando as considerações de Amaro (2019), Carvalho (2019), Almeida (2018), Carneiro (1993), assim

como as necessárias demarcações da “Cartilha de Combate ao Racismo”, do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS de (2016). Ao tomarmos o racismo, associado não somente aos marcadores sociais de classe e raça, mas sobretudo aos de gênero, temos como referência as intelectuais negras Bell Hooks (1981), Neuza Souza (1983) e Lélia Gonzalez (2016). Por fim, realizamos a leitura e análise das falas das entrevistadas, tendo como base teórica os estudos de Osório (2013), Kabengele Munanga (2004), Lia Vainer Schucman (2018) e Luiz Augusto Campos (2013).

Deste modo, a pesquisa-ação aqui apresentada é pautada em levantamento bibliográfico, documental e de campo, no qual realizamos entrevista semiestruturada com a aplicação de questionário contendo perguntas abertas e fechadas. A referida pesquisa foi realizada no período de agosto a setembro de 2017, alcançando 34 pessoas, no entanto, para as nossas reflexões, damos destaque as falas de 22 mulheres cisgênero, sendo servidoras, discentes dos cursos de nível superior e professoras das escolas públicas. Destas, 18 são negras (pretas e pardas) e 4 são brancas. Cabe destacar que para a garantia do sigilo da identidade das entrevistadas, foram utilizadas as iniciais de nomes e sobrenomes fictícios, porém especificamos as áreas de formação. Ao longo deste estudo, utilizamos as definições do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) quanto à autodeclaração de cor e classificação étnico-racial que iremos problematizar, haja vista que constatamos que as mulheres que se autodeclaram pardas não se percebem como mulheres negras e nem identificam as situações de racismo ao longo de suas vidas. Em contrapartida, as que se

autodeclaram pretas, ao assumirem uma identidade negra, relataram diferentes situações em que foram atingidas pelo racismo, nos remetendo ao emergente e necessário debate sobre colorismo, mestiçagem e pigmentocracia para tratarmos sobre o racismo na Amazônia e no Marajó.

A História do Negro na Amazônia e no Marajó

Na região da Amazônia, a presença do negro, durante muito tempo foi invisibilizada, uma vez que se acreditava que havia existido na região norte do Brasil, especialmente no estado do Pará, a escravidão somente de indígenas. Entretanto, os estudos de Vicente Salles (1971) apresentaram outras perspectivas quanto à história do estado do Pará ao indicar que o negro africano também foi livremente explorado na região, tendo sido sujeito importante na composição étnica, racial e cultural na Amazônia paraense.

De acordo com Salles (1971), devido às suas belas paisagens, que se apresentavam como um complexo de terras não exploradas, acreditava-se que o tão estimado **Eldorado** se localizava por aquelas redondezas, tornando a Amazônia alvo de grande interesse por parte dos colonos. No entanto, foi a partir da Fundação de Belém, no ano de 1916, que a Amazônia foi incorporada geograficamente ao território português e, por este, passou a ser explorada.

Foi neste período, que, uma vez instalados, os portugueses trouxeram para estas terras os primeiros colonos, a cargo de mão-de-obra escrava. No entanto, paralelo a isto, foram enviados alguns missionários, que

possuíam a finalidade de sequestrar indígenas para o trabalho escravo, a que se referiam como “selvagens” da região. A disputa pela posse dos indígenas ocasionou uma série de conflitos entre colonos e missionários, já que neste período a Igreja Católica pretendia catequizá-los e tê-los sob a sua tutela. (SALLES, 1971; PERES; AZEVEDO, 2015)

Nesse contexto, como meio de apaziguar tais conflitos, Vicente Salles argumenta que o negro foi trazido por meio do tráfico de escravos para trabalhar na região, então chamada de Maranhão e Grão-Pará, onde a principal atividade econômica era o cultivo das drogas do sertão. Como o indígena tinha o conhecimento da região, este era obrigado a fazer a identificação das diversas espécies de plantas e tinham que ir para os interiores do estado, ajudando os colonizadores a “descobrir” novas especiarias. Enquanto isso, os negros no Pará sustentavam a agricultura no trabalho e nas lavouras.

Salles (1971, p.47) revela que “os contratos com a companhia de Cachêu estipulavam a introdução de 145 escravos anualmente, que deviam repartir-se entre as capitanias do Maranhão e Pará”. Este quantitativo foi mantido como regular até 1708, ano em que, de acordo com pesquisas do historiador, este total foi elevado a 200. Neste sentido, os escravos que chegavam ao Pará eram destinados a diversas atividades, sendo grande parte enviada ao Marajó, para trabalhar em fazendas, na criação de gado. (PERES; AZEVEDO, 2015; SAMPAIO, 2007)

De acordo com Pacheco (2016), neste período, o mundo colonial marajoara era conformado pela presença de indígenas e negros, que, ao entrelaçarem suas culturas, em

um processo de resistência, desenharam a atual composição étnica e cultural da região. Assim, podemos perceber que mesmo com os processos de colonização a população negra criou estratégias de resistência, que fizeram com que a sua cultura se perpetuasse, e hoje todos temos influência direta dessa cultura, no Pará como um todo e, principalmente, no Marajó, que se constitui no primeiro contato dos africanos com a Amazônia. Guimarães (2020, p. 84) argumenta que:

Na Amazônia, nem o negro africano e nem o indígena foram descartados enquanto mão de obra escrava, tendo sido ambos livremente explorados. Todavia, se observa um silenciamento quanto à presença do negro nessa região. A presença do negro na Amazônia é registrada comumente por pesquisadores amazônidas que inquietos com tal ausência passam a se debruçar e perquirir os caminhos trilhados pelos negros africanos e influências exercidas por estes na constituição do que hoje compreendemos ser uma cultura própria da Amazônia, percebendo a sua presença na dança, na culinária, nos sotaques e na religião.

Quais os rebatimentos desse processo de silenciamento? Enquanto importante registro, indicamos a pesquisa de Rafael da Silva Noleto (2018) que, ao problematizar as modalidades e categorias de misses de festas juninas na região metropolitana de Belém/PA, indica-nos o processo de negação da herança africana no estado do Pará, havendo uma "capitalização" de termos como **"morenas cor de jambo"** ou **"morena cheirosa"**, excluindo **"miss mulata"** ou qualquer outro termo que remete à negritude, pois acredita-se que a morenidade nos coloca em relação direta com um caráter mais "paraense" e "amazônico". Este processo de negação também irá

resvalar em outras representações para mulheres paraenses/amazônidas não brancas.

No Pará, uma classificação que costuma ser utilizada para designar mulheres racialmente híbridas (nem “indígenas” nem “negras”) é a categoria “morena cor de *jambo*”, associando raça e gênero a uma fruta muito apreciada na Amazônia. Essas representações dizem respeito à construção de um imaginário racial em que os predicados da raça e do gênero estão definidos por metáforas gustativas que sexualizam os corpos femininos, associando-os, metonimicamente e por sugestão implícita, ao ato sexual, a sabores supostamente tão ‘exóticos’ (NOLETO, 2018, p. 144-145).

Câmara (2017) ao refletir sobre as mulheres negras amazônidas frente a representação de uma morenidade que será assumida também enquanto um discurso de venda de uma cidade, no caso a capital paraense, reivindica que “o discurso do movimento e feminismo negro deve considerar que uma das artimanhas do racismo é a ilusão de uma segurança identitária que confere prazer porque camufla e torna indizível o que nós queremos denunciar: o racismo travestido de morenidade” (CÂMARA, 2017, p. 160).

Tais discursos, ao silenciarem nossa ancestralidade africana, procuram nos afastar de uma construção de negritude à medida que reproduzem que, a construção da representação social da população amazônida centraliza-se na figura do “índio”, e não indígena, tratando-o de modo singular e romantizado, retirando qualquer resquício quanto a sua historicidade e coletividade, oferecendo discursos ideológicos fetichizados que infantilizam e os colocam em uma posição subalterna.

No entanto, a Amazônia, enquanto território extenso e que historicamente foi colocado numa posição de periferia a

ser explorada, de retirada de recursos naturais e de corpos baratos (mão-de-obra), passou por longo processos de invasões, assim como também foi importante espaço de abrigo para diferentes povos, como o país todo, constituindo-se em território fortemente atingido pela mestiçagem.

Gênero, Identidade e Racismo: uma retomada conceitual

Rocha (2016, p.10) define o racismo como “a ideia de que há raças e de que elas são naturalmente inferiores ou superiores a outras, em uma relação fundamentada na ideologia de dominação”, nos chamando atenção para o fato de que o racismo decorre de uma noção hierárquica entre raças, que historicamente criou-se no imaginário popular, no qual a raça superior está atrelada ao padrão estético dos indivíduos da pele de cor branca, enquanto a inferior atribui-se a tudo que se contrapõe a este padrão.

Para Quijano (2005), o poder social se constitui como elemento central para a organização das relações sociais, pois todo esse processo de subalternização, opressão e dominação decorre das relações de poder estabelecidas socialmente entre colonizador e colonizado, na qual a ideia de raça disseminada pelos europeus, consiste em uma espécie de justificativa utilizada para explorar os povos negros e indígenas e consolidar as relações de dominação. Enfatiza ainda que, raça foi o primeiro critério de classificação para determinar papéis sociais e legitimar os espaços a serem ocupados na estrutura hierárquica social.

Neste sentido, Guimarães (2008, p. 66) destaca que raça “são discursos sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas, etc.[...]”. Tais discursos narram um longo processo histórico de negação da humanidade de pessoas negras, que resultou na naturalização de diversos tipos de violências cometidas contra esta população, que se perpetuam até hoje. Corroborando com isto, Amaro (2019, p.66), utiliza o termo raça “para definir no Brasil as assimetrias entre os grupos populacionais decorrentes da reiterada manipulação da superioridade branca e da inferioridade às populações negra, indígena, e asiática, enquanto construções sócio históricas baseadas no fenótipo”.

Amaro (2019, p. 67) destaca que “pratica-se no Brasil uma exclusão pela cor, pela etnia do sujeito, pela atribuição de valor diminutivo e depreciativo ao indivíduo portador de uma determinada cor de pele. Esse processo de estigmatização e biopoder denomina-se racismo”. A compreensão enfatizada por Amaro (2019), revela-nos a manifestação do racismo enquanto resultado das relações de poder instituídas socialmente para afirmar a hierarquia racial, na qual se utilizou a ideia de raça para manter a dominação branca sobre os corpos pretos.

Neste sentido, a discussão do termo raça não está atrelada a estudos biológicos, uma vez que cientificamente existe apenas uma única raça, a raça humana, mas sim, compreendido a partir de contextos históricos, políticos e econômicos que afetaram diretamente a vida de um grupo social, que até hoje sofre com os impactos da exclusão,

inferiorização e desigualdade, em decorrência do seu tom de pele, costumes e tradições. (ALMEIDA, 2018)

Assim, o racismo se desenvolveu pautado na disseminação da ideia de hierarquia racial, a qual foi usada para justificar a exploração e opressão de pessoas negras. Almeida (2018, p. 25) explica que “[...] o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminaram em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo social a qual pertencem”.

Nessa perspectiva, é preciso entender o racismo não somente enquanto práticas discriminatórias e preconceituosas, mas para além disso, conforme analisa Ribeiro (2019), torna-se necessário entendê-lo como sistema que, ao oprimir e negar direitos ao longo da história, contribuiu de forma expressiva para o desenvolvimento da sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, para uma estagnação social da população de pele da cor preta, haja vista que nesse desenvolvimento não houve lugar para a inserção de pessoas negras, acentuando dessa forma as desvantagens e desigualdades existentes entre os grupos sociais e fomentando o fortalecimento do pensamento racista na sociedade contemporânea.

O discurso proclamado no meio social sobre a ideologia da democracia racial, com a ideia de que não existe racismo no Brasil, pressupõe mecanismos que viabilizam práticas discriminatórias e preconceituosas contra a população afrodescendente, pois camufla todo o seu processo histórico de negação de direitos e até mesmo

de existência, decorrentes da herança escravocrata. Neste sentido, entender as expressões do racismo no âmbito social também requer que entendamos que as atitudes racistas perpassam por diversas transformações no decorrer do tempo, manifestando-se assim, sob novas formas que o mascaram e naturalizam.

Para Almeida (2018), o racismo pode ser entendido a partir de três concepções: a estrutural, institucional e a individualista, no qual, configura-se enquanto estrutural e estruturante devido estar enraizado na organização social, baseado em relações racistas reproduzidas constantemente nos espaços sociais e institucionais. Em seu aspecto institucional, pessoas são discriminadas e impedidas de ocupar espaços em instituições em decorrência de imposições pré-estabelecidas que acompanham um padrão branco e desconsideram a diversidade étnico-racial. Já sua concepção individualista, o racismo está atrelado a ações discriminatórias praticadas por uma ou mais pessoas.

Somando tais aspectos ao caráter estruturante de práticas discriminatórias e violadoras, no que refere a raça, observa-se que, determinados grupos sociais são muito mais vulneráveis que outros, como é o caso das mulheres, negras e pobres, que por muitos anos vêm ocupando a base da pirâmide social brasileira. Lélia Gonzalez ao discorrer sobre as vulnerabilidades que atingem a vida da população negra feminina, descreve a existência de uma "tríplice discriminação", responsável por determinar a condição social de mulheres negras na sociedade brasileira. Quanto a estes aspectos, destacamos os seguintes dados:

- a) De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (2018), 63% das casas chefiadas por mulheres com filhos de até 14 anos e que estão abaixo da linha de pobreza, são de mulheres negras, enquanto que 39.6% são de mulheres brancas.
- b) As mulheres negras e pobres são as que proporcionalmente mais pagam impostos no Brasil, haja vista que a tributação recai mais sobre o consumo, ao invés de recair em patrimônios e rendas³.
- c) Conforme estudo realizado pela UNESP, UFSCar, UFSC, Imip, UNICAMP e Fiocruz, gestantes pretas possuem o dobro de chances de morrer por COVID-19 se comparadas com mulheres brancas, sendo que a primeira possui 17% a chance de morrer, frente a 8,9%⁴ da segunda.

Tais dados, nos levam a compreender que, as bases das relações raciais e violações que se dão em nossa sociedade recaem diretamente sobre mulheres negras, revelando assim não somente os marcadores de classe e raça, mas, sobretudo, os de gênero, o que nos leva a refletir acerca de nosso passado recente, visto que a sociedade brasileira vem de um passado pautado em desigualdades raciais, econômicas e de gênero, assentando-se assim em valores racistas, elitistas, machistas, misóginos e patriarcalistas que acabam por impor às mulheres negras posições de subalternidade, quadro que nos atinge

³ Informações completas podem ser acessadas no jornal eletrônico Gênero e Número, na matéria “No Brasil, 63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha de pobreza” (12/12/2019).

⁴ Dados disponíveis em “Mulheres negras e pobres são as que mais pagam impostos proporcionalmente” do sítio eletrônico da Oxfam Brasil (10/03/2020).

diretamente, mas que, sem uma leitura de conjuntura, ainda faz com que muitas mulheres negras neguem a sua condição e essência afro-brasileira.

Destaca-se que construção de identidade feminina decorre de um processo construído sob a influência da estrutura social vigente em que somos definidos a partir das relações estabelecidas entre gênero e raça. Nesse sentido, Carneiro (1993, p. 9) afirma que:

A identidade é, antes de tudo, resultado de um processo histórico-cultural. Nascemos com uma definição biológica, ou seja, homens ou mulheres. Ou nascemos com uma definição racial: brancos ou negros. E sobre essas definições sexuais e raciais, se construirá uma identidade social para esses diferentes indivíduos, homens, mulheres, brancos e negros. E essa identidade social será construída a partir de elementos históricos, culturais, religiosos e psicológicos.

Nesse contexto, a identidade social feminina foi construída a partir de definições hierárquicas, nas quais atribuía-se à mulher uma inferioridade natural, sendo representadas socialmente pelas figuras da sensibilidade, fraqueza e fragilidade, contudo restringindo tal percepção às mulheres brancas, que estariam ligadas aos padrões de feminilidade construídos historicamente pelo modelo de família burguesa. Entretanto, no que concerne ao tratamento social dado às mulheres negras, Carneiro (1993, p. 11) salienta que, "nós mulheres negras fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas este mito, porque nunca foram tratadas como frágeis". A forma como mulheres negras eram tratadas sucedia de maneira diferenciada, uma vez que elas tinham que ser fortes,

aguentar o trabalho pesado e servir, além de serem usadas como objeto sexual pelo homem branco.

Bell Hooks (2014) explica que as mulheres negras demoraram para reconhecer sua natureza feminina enquanto característica essencial para construção e valorização da sua identidade, devido aos estereótipos atrelados a suas personalidades e por acharem que a luta pela igualdade racial ocasionaria uma emancipação social a toda a população negra de forma igualitária. No entanto, ao iniciar a luta pela igualdade racial, as mulheres negras se depararam com outra forma de opressão: a opressão sexista.

Foi a partir desse momento que as mulheres negras compreenderam que sua liberdade estava condicionada às práticas racistas e sexistas que determinavam não somente seu lugar na sociedade, mas também sua luta pela igualdade racial, tendo em vista que, mesmo com o apoio das mulheres, os homens negros resistiam em luta individual, que atingia apenas seus interesses e não reconhecia a participação política das mulheres negras na tomada de decisões pela igualdade racial, igualdade essa que estava direcionada apenas aos homens negros.

As mulheres negras por sua vez, deveriam se ajustar ao modelo patriarcal da sociedade, sendo colocada em uma posição de subalternidade e subserviência, em que o trabalho doméstico em suas casas e nas casas de mulheres brancas seriam suas únicas preocupações, enquanto os homens negros seguiam lutando pela igualdade racial "fragmentada", uma vez que não atingia as mulheres negras na sua totalidade.

Assim, a mulher negra passa por um processo histórico de negação e invisibilidade de suas lutas, estética e identidade, sempre remetendo a uma representação sexualizada e animalizada de seus corpos. Diante desse contexto, a manifestação da identidade negra sempre esteve associada aos padrões brancos, conforme revela a psicanalista Neusa Santos Souza, em seu livro **Torna-se negro** (1983)

A história de ascensão social do negro brasileiro é, assim, a história de sua assimilação aos padrões brancos de relações sociais. É a história da submissão ideológica de um estoque racial em presença de outro que se lhe faz hegemônico. É a história de uma identidade renunciada, em atenção às circunstâncias que estipulam o preço do reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação. (SOUZA, 1983, p. 23).

Dessa forma, para que haja uma mínima “aceitação” das mulheres negras na sociedade, estas precisam se adequar aos ideais eurocêntricos, de forma a rejeitar sua identidade a fim de se enquadrarem ao padrão branco patriarcal, “[...] o que fez com que os afrodescendentes procurassem se apresentar o mais branco possível [...]” (CARVALHO, 2019, p. 21). À medida que as mulheres negras afirmam sua identidade, estas estão sujeitas a sofrer cada vez mais com o processo de negação da identidade negra instituído nas relações sociais.

Dessa forma, estão sujeitas a ocupar as últimas camadas da sociedade, sendo as principais atingidas pelo racismo estrutural, em que mesmo ocupando espaços de poder, ainda sim são subjugadas pela cor de sua pele. Nesse sentido, pensar na mulher negra inserida nesta sociedade

excludente, desigual e racista, é pensar no que Carneiro (2019) chama de asfixia social, pois, quando essa mulher consegue avançar na questão de gênero (pelo fato de ser mulher), é barrada pelo racismo (por ser negra). Se somente o racismo é burlado, quem obtém esse beneficiamento é tão somente o homem negro, o que vai resultando no confinamento social da mulher negra.

A sociedade tenta impor para mulheres negras quais os espaços podem ser ocupados por elas e, ao fazer tal imposição, acaba por estabelecer as distâncias da ocupação de espaços de poder, que são majoritariamente reservados para a população branca e masculina. Segundo Carneiro (2019), esse movimento é reflexo de como o racismo associa competência ao grupo racial dominante e como isso influencia para que esses espaços de poder sejam por eles ocupados.

Assim, Carneiro (2019, p. 282) afirma que se deve combinar gênero, raça e qualificação técnica a fim de romper com a exclusão que a estrutura da sociedade brasileira nos impõe, acrescentando que, ao falarmos no combate ao racismo, “temos falado sobre as desigualdades raciais e sobre as políticas públicas capazes de reduzi-las, mas pouco temos formulado sobre o combate ideológico ao racismo a partir de uma política de governo e de Estado”. Neste sentido, Ribeiro (2018) nos aponta que em uma sociedade que a população negra em geral não é tratada como seres humanos, pensar na base teórica e prática do feminismo negro é pensar em um outro marco civilizatório, no qual mulheres negras sejam reconhecidas e visualizadas a partir de sua totalidade.

As Diferentes Manifestações do Machismo e do Racismo na Amazônia Marajoara

Em pesquisa realizada no Campus Universitário do Marajó/Breves durante os meses de agosto e setembro de 2017, entrevistamos 34 sujeitas/os, sendo discentes, professoras/es e técnicas/os de diferentes instituições de nível superior e de escolas públicas do município de Breves/PA. Realizamos perguntas que giravam em torno de suas vivências quanto ao racismo, a auto declaração e a identidade étnico-racial. Todavia, damos destaque aos aspectos de raça e gênero presentes nas falas das 22 mulheres entrevistadas, em que 13 se autodeclararam pardas, 5 como pretas e 4 como brancas. A fim de garantir o sigilo quanto à identidade de nossas entrevistadas, foram utilizadas iniciais de nomes e sobrenomes fictícios.

Ao longo desta pesquisa, adotamos as seguintes técnicas para a realização de nossas análises: I) A auto declaração ou auto atribuição e II) A heteroidentificação ou heteroatribuição. A primeira diz respeito ao ato do próprio indivíduo nos dizer como percebe a sua cor e outros aspectos fenotípicos, na segunda a identificação é realizada por terceiros (OSÓRIO, 2013). Optamos por esta estratégia justamente para compreendermos as dúvidas e nuances da complexidade do tema da identidade para as entrevistadas, haja vista que as que se declararam brancas possuíam traços fenotípicos negros, bem como familiares negros, como podemos observar na fala abaixo:

Ser negro é [...] a população negra aqui no Marajó é bem grande, só que a gente percebe que as pessoas não se percebem. É por isso que temos movimentos para pensar a questão do negro. É muito forte o racismo e o preconceito contra o negro. A maioria dos meus familiares são negros, só que não se reconhecem. [...] A minha mãe disse que a avó dela não deixou ela se casar com um rapaz porque ele tinha cabelo duro, sendo que a vovó tem cabelo de negro. O próprio negro não se reconhece. Há poucos debates sobre essa questão no Marajó [...] Tem sim o preconceito e o racismo aqui (M.R, Branca, Bacharel em Serviço Social - 08/2017).

Nesta fala, percebemos que a mulher que se autodeclara como branca aponta que não vive o racismo, mas percebe o racismo cotidianamente, dentro do âmbito social, assim como no contexto familiar. Todavia, constatamos a complexidade do debate sobre identidade e raça num país, que ainda atrela a sua leitura quanto pertencimento étnico-racial a uma perspectiva fenotípica, ou melhor, traços aparentes quanto à cor da pele, estrutura dos fios dos cabelos ou formato de nariz e boca. Kabengele Munanga (2004, p. 52) nos diz que:

Parece simples definir quem é negro no Brasil. Mas, num país que desenvolveu o desejo de branqueamento, não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não. Há pessoas negras que introjetaram o ideal de branqueamento e não se consideram como negras. Assim, a questão da identidade do negro é um processo doloroso. Os conceitos de negro e de branco têm um fundamento etno-semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico. Politicamente, os que atuam nos movimentos negros organizados qualificam como negra qualquer pessoa que tenha essa aparência. É uma qualificação política que se aproxima da definição norte-americana. Nos EUA não existe pardo, mulato ou mestiço e qualquer descendente de negro pode simplesmente se apresentar como negro. Portanto, por mais que tenha uma aparência de branco, a pessoa pode se declarar como negro.

A partir dessas considerações de Munanga (2004) quanto à realidade do Brasil em contraposição à dos Estados Unidos da América, indicamos que não seria somente a complexidade de indicação ou reconhecimento de uma identidade, que estaria ligada a um processo de ancestralidade independentemente da cor da pele. A noção de pertencimento e identidade no nosso país também se relaciona às experiências dos indivíduos quanto às manifestações de racismo, uma vez que, em países da América Latina, por consequência no Brasil, a discriminação racial decorre muito mais pela cor da pele do que por fatores de origem.

Estas pontuações nos permitem também compreender a condição social e de existência do pardo, assim como de pessoas lidas como brancas, apesar de terem familiares (pais, mães e irmãs/irmãos) negros. Lia Vainer Schucman (2018), ao tratar sobre famílias inter-raciais no Brasil, explicita sobre as dubiedades, complexidades e tensões entre pais lidos como brancos quando possuem filhos negros, em que, a vida de jovens e crianças negras, são marcados e marcadas pela negação de suas negritudes em decorrência dos modos negativos e estereotipados quanto ao que seria ser negro, apesar do envolvimento afetivo de seus pais e mães brancos com seus pais e mães negros.

Nesse contexto, percebemos que os sujeitos negros e sujeitas negras, possivelmente, vão crescer sofrendo diversas manifestações do racismo também dentro de seu ambiente familiar, sendo notórias formas de tratamento diferenciados entre os filhos lidos como brancos e os filhos negros, que poderão sofrer com apelidos desrespeitosos,

que serão naturalizados entre os membros familiares e na escola. Enquanto isso, os filhos lidos como brancos, apesar da mesma condição social, não irão passar por situações constrangedoras alimentadas pelo processo histórico de estigmatização do negro.

Moreira (2019, p. 95) conceitua como Racismo Recreativo, o “[...] projeto de dominação que procura promover a reprodução de relações assimétricas de poder entre grupos raciais por meio de uma política cultural baseada na utilização do humor como expressão e encobrimento de hostilidade racial [...]”. Dessa forma, apesar de pertencerem à mesma família, os sujeitos lidos como brancos não passam por mais uma manifestação de racismo, mesmo tendo a mesma classe social.

Contudo, no Brasil, há uma negação quanto à existência dessas famílias - que nos EUA e em outros países europeus são muito bem demarcadas - em decorrência de uma pretensa ideia de igualdade racial que, em termos práticos, não se efetiva. Num país e região tão miscigenados, identifica-se a indeterminação, o não-lugar, dos que não se leem como brancos e nem como negros.

Para se traçar reflexões sobre identidade da mulher negra e compreender que esses processos afetam sua subjetividade, Silva (2019) destaca as intersecções que perpassam a vida dessas mulheres, levando em conta aspectos como: classe, gênero, territorialidade, raça, dentre outros. E não somente aspectos do processo histórico de dominação de cunho racista e sexista. Ou seja, para essa autora, é preciso verificar as vivências das mulheres negras a partir da complexidade em que esta está inserida.

Nesse sentido, para Silva (2019), as narrativas revelam-se como práticas de resistência e os relatos individuais podem contribuir com a constituição do real. Ciampa (2005 apud Silva, 2019, p. 42) afirma que “o singular materializa o universal” e que as narrativas individuais de mulheres negras denotam a realidade brasileira. Isso demonstra que, por meio de relatos individuais, pode-se reconstituir a história, traçar e fortalecer estratégias de resistência.

Se faz fundamental estas considerações para que possamos compreender os posicionamentos tomados por nossas entrevistadas. Uma das entrevistadas que se autodeclarou parda revelou que “Em nenhum momento da vida, ainda não sofri racismo” e, ao ser questionada sobre o que seria ser negro no Marajó, considerou que:

É muitas vezes ser vítima de preconceito, racismo, pois muitas pessoas não aceitam um indivíduo pela forma que é. Assim muitos negros não têm coragem de assumir sua cor, dizendo que são ‘morenos’, para evitar passar por certas situações (B.N, parda, não especificou a área de formação - 09/2017).

A mulher que se autodeclarou parda não se percebe enquanto uma mulher negra, afirmou que nunca sofreu racismo. Entretanto, é adequado reiterar que muitos ainda acreditam que o racismo seria somente uma manifestação mais contundente e invasiva, que se daria em uma ordem individualizada, estando ligada à negação de uma estética, dos costumes e religiões relacionadas à herança africana, então, na percepção de B.N., pelo fato de nunca ter passado por estas situações, não teria sido vítima de racismo.

A entrevistada B.N relata também sobre a construção da identidade negra e o quanto esse processo de afirmação identitária perpassa por um difícil caminho de negação individual e coletiva da presença negra no Marajó, contribuindo dessa forma para a não efetivação do direito à diversidade étnico-racial, que assim como os demais precisa ser garantido. Santos (2009, p.26) ao discutir sobre esse processo de construção identitária negra, afirma que “Sabemos que toda e qualquer identidade é construída socialmente. A identidade negra, por ser um produto social, é resultante de uma situação de conflito envolvendo discriminação, exclusão social, exploração e, por fim, a opressão individual e coletiva.

Santos (2009) revela também que essa dificuldade em se reconhecer enquanto pessoa negra, decorre principalmente do processo histórico de desenvolvimento do Brasil, no qual foi bastante difundida a ideia hierárquica de uma raça sobre a outra, levando o negro a ocupar sempre uma posição de subalternidade. Neste sentido, para Carneiro (2011) o uso de termos como pardo, decorre de um processo de destruição identitária, que durante anos vem sendo utilizado enquanto uma forma de negação da identidade racial negra, na tentativa de se aproximar do padrão branco eurocêntrico. Pois quanto maiores são as características fenotípicas semelhantes aos brancos, maior será a chance de ser aceito socialmente.

Essas reflexões são observadas na fala da entrevistada B.N, quando diz que as pessoas negras não têm coragem de se assumir enquanto negras, com o intuito de evitar “certas situações”, que podem ser identificadas como práticas

racistas. Diante disso, Ribeiro (2019), nos alerta sobre a importância, de não ter medo em utilizar palavras como “racismo” ou “negro”, “branco”, pois é necessário que reconhecemos o racismo e suas diversas manifestações no meio social, a fim de dar visibilidade a esta prática criminosa e buscar formas de enfrentá-la.

Aos indivíduos que se declaram como pardos, recaem as dificuldades em observarem que são vítimas não de um racismo individual, como Almeida (2018) muito bem explícita, mas que sofrem as manifestações do seu caráter estrutural. A título de exemplo, citamos que possuímos uma população carcerária que é de 61,7% de pretos e pardos, enquanto 37,22% são de homens brancos. Para Luiz Augusto Campos (2013), o pardo é um dilema político, pensado como uma categoria residual e, até mesmo, como um não rótulo para os sujeitos que não se compreendiam como pretos ou brancos. Refletindo sobre as respostas de N.A., podemos deduzir que, por ela ter uma cor de pele mais clara, não conseguiu identificar o racismo e, por consequência, não se percebe como uma mulher negra.

Quadro que muda para as mulheres que se autodeclaram como pretas e que possuem uma identidade negra, em que se remetem aos aspectos da cultura afro-brasileira e destacam os desafios diários para que sejam incluídas. Segundo Santos (2009, p. 27) "esse caminho leva o indivíduo a compreender a si mesmo e ao contexto que lhe cerca - o que aumenta sua capacidade de reconhecer as situações de racismo, além de denunciá-las e combatê-las", conforme podemos observar nestas duas falas:

Ser negro? Claro que é um [...] além de ser uma raça, né?! É [...] Mas ser negro é tipo assim vai além da cor, vai [...] Ter cultura [...] Tem [...] Enfim, repassam pra gente é [...] Conhecemos que eles trouxeram muitos lá [...] Lá dos seus antepassados (S.L, preta, não especificou a área de formação - 09/2017).

É um desafio de certa forma porque tem muitas pessoas com a falta de aceitação e não se aceita e identifica como negro. Mesmo sendo da família [...] o desafio vem daí pois se não se identifica com negro não tem como lutar por mais conquistas (L.C, preta, Curso de Serviço Social - 08/2017).

Nas duas narrativas, percebemos que ainda há dúvidas em relação ao o que é ser negro, contudo, ambas conseguem atribuir alguns aspectos importantes. Em um outro questionamento, sobre o racismo, observamos que a manifestação das diferentes formas do racismo se expressa inicialmente no período da infância e perpassa por toda a vida dessas mulheres, conforme podemos perceber na fala de uma das entrevistadas que se autodeclara preta, quando perguntada se já sofreu racismo:

Já sim, lembro agora, uma vez quando era criança por uma colega de escola. E até hoje quando algumas pessoas me julgam e eu percebo que é pela minha cor (L.F, preta, Licenciada em Letras. 09/2017).

Eu não [cometi racismo], mas já sofri [...] sempre tem aquela coisa de ser "negrinho" ser submisso. Ter um trabalhinho e se contentar com aquilo [...] Na escola que sempre tem aquelas brincadeiras até mesmo no âmbito familiar (R.B, preta, Curso de Serviço Social - 08/2017).

Acho que sim... acho não, sim né [...] acho que foi com a minha ex-sogra com um comentário quando disse que não teria mais os netinhos brancos [...] acho que essa foi a que mais doeu (T.E, preta, Curso de Serviço Social - 08/2017).

A partir dessas três falas, podemos identificar que as mulheres que se leem como pretas conseguiram identificar o racismo, nos grupos sociais nos quais circulam, como na família, na escola e outros espaços que adentraram ao longo de suas vidas adultas. Nesse sentido, salientamos a importância de fomentar o debate étnico-racial com toda a sociedade, começando, principalmente, com as crianças para que, desde cedo, seja construída uma cultura de diversidade com valorização e respeito às diferenças.

Cabe destacar que as crianças tendem a reproduzir as práticas realizadas pelos adultos, portanto nenhuma criança nasce odiando ou discriminando o próximo pela cor da sua pele ou características físicas. As atitudes racistas decorrem de um processo histórico instaurado na estrutura social, na qual se permeia no imaginário da sociedade a falsa ideia de que existe uma superioridade das pessoas brancas em relação às pessoas negras.

A afirmação da identidade negra ainda no período da infância constitui-se em uma forma de resistência que possibilita o início do protagonismo negro na luta por uma sociedade mais justa e que respeite a diversidade dos diferentes sujeitos sociais. Contudo, é preciso estimular desde cedo a construção da identidade de crianças negras a fim de proporcionar mecanismos que valorizem a autoestima infantil negra, considerando o número reduzido de referenciais negros, os quais mesmo sendo minoria, ainda sim contribuem para que as crianças negras compreendam que podem ocupar os mesmos espaços que as crianças brancas.

Há de se destacar a inexistência de denúncias sobre os casos de racismo nos órgãos responsáveis. Desse modo, o racismo passa a ser naturalizado na região, possibilitando cada vez mais violações de direitos dessa parcela da população, que historicamente têm seus direitos violados em função da cor da sua pele. A ausência de dados sistematizados sobre as múltiplas determinações do racismo na região marajoara não significa que não haja a ocorrência de casos de racismo no cotidiano da população negra, muito pelo contrário, revela o racismo institucional que ainda impera nas instituições que deveriam garantir direitos.

De acordo com Almeida (2018, p. 26) "O racismo é uma imoralidade e também um crime, que exige que aqueles que o praticam sejam devidamente responsabilizados, disso estamos convictos", contudo, com base nos dados coletados, percebemos que, as mulheres pretas que residem no município de Breves possuem dificuldade em identificar as situações de racismo em seu cotidiano enquanto prática criminosa.

E por mais que essas mulheres reconheçam que foram vítimas de racismo, ainda assim não realizam a denúncia para que as medidas necessárias para punir tais atitudes sejam tomadas. Em consequência disso, ocorre o que Amaro (2019) indica como um dos efeitos mais perversos da ideologia racial no país, que, ao fundar-se numa ideia de que aqui vivemos numa harmonia racial, faz com que suas vítimas não tenham nenhuma ou pouca percepção de que estão sendo alvo de violência e discriminação racial.

A pouca ou nenhuma percepção do racismo pode ser evidenciada nos dados coletados da pesquisa, quando as entrevistadas precisam de um determinado tempo para pensar e verificar em sua trajetória se já sofreram ou não racismo, demonstrando a dificuldade em reconhecer que já foram vítimas. Diante disso, a apresentação da existência do racismo na região do Marajó Ocidental visa contribuir para o enfrentamento dessa prática criminosa que, por muitos anos, vem sendo naturalizada em uma região que ainda sofre com as marcas deixadas pelo processo de colonização.

Considerações Finais

Ao longo da pesquisa realizada no município de Breves, observamos que as mulheres que se autodeclaram pretas e pardas são atingidas pelas diferentes manifestações de racismo e, conseqüentemente, foi possível perceber como isso teve impacto nas suas definições de identidade, colaborando, ainda, com a maneira como elas se enxergam nesse processo constitutivo que, ao mesmo tempo em que é marcada pelo racismo, demonstra, inclusive, sinais de resistências. Verificamos que, por tanto tempo, a história de negras e negros foi silenciada no contexto amazônico e realizar pesquisas que se alicerçam em ações de extensão e ensino contribuem com a construção de estratégias de resistência a fim de ressignificar visões de mundo.

As mulheres negras Amazônidas possuem uma vivência marcada por dificuldades e barreiras sociais que estão diretamente relacionadas à tonalidade de sua pele, considerando que a cor é um critério determinante para as

manifestações das relações de poder que se estabelecem no corpo social. As mulheres negras e indígenas são as que mais sofrem com o processo de exclusão, e quando se trata da construção da identidade negra, torna-se ainda mais difícil, dado que nossa sociedade historicamente nega a identidade negra de modo a fomentar imposição de determinados papéis sociais, atribuídos de forma impositiva às mulheres negras, alimentando o sistema racista patriarcal que as coloca na base da hierarquia social.

Assim, tratar estas questões no Serviço Social visa justamente prepararmos profissionais que estejam qualificados e sintonizados com a luta antirracista e que consigam visualizar em práticas cotidianas as possibilidades de executarem políticas e ações afirmativas. Dialogar sobre o lugar e o ser negro na Amazônia deve sempre nos remeter a um entendimento quanto a sua diversidade e pluralidade, reconhecendo as longas trocas e interações entre diferentes corpos, sujeitos, cores e etnias que caracterizam e dão um caráter particular a nossa negritude que não será semelhante a de regiões como a do Sul, Sudeste ou Nordeste, mas que não tiram o caráter desigual que violenta corpos negros. Pensar sobre o negro se constitui também em pensar sobre o indígena, que, mesmo povoando o imaginário nacional do que seria o amazônida, ainda sim continua sendo alvo de diferentes ações genocidas.

Referências

- ALMEIDA, SÍLVIO LUIZ DE. **O QUE É RACISMO ESTRUTURAL?** BELO HORIZONTE: LETRAMENTO, 2018.
- AMARO, SARITA (ORG). **O SERVIÇO SOCIAL E O COMBATE AO RACISMO: DIÁLOGOS.** 1 ED. – CURITIBA, PR: NOVA PRÁXIS EDITORIAL, 2019.
- CÂMARA, FLÁVIA DANIELLE DA SILVA. **MULHERES NEGRAS AMAZÔNIDAS FRENTE À CIDADE MORENA: O LUGAR DA PSICOLOGIA, OS TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA.** BELÉM, 2017. DISPONÍVEL EM:
[HTTPS://PPGP.PROPESP.UFPA.BR/ARQUIVOS/DISSERTACOES/TURMA%202015/DISSERTA%C3%A7%C3%A3o%20FLAVIA%20C%C3%A2MARA%202017.PDF](https://ppgp.propesp.ufpa.br/arquivos/dissertacoes/turma%202015/disserta%C3%A7%C3%A3o%20Flavia%20C%C3%A2mara%202017.pdf) ACESSO EM: 05 SET. 2021.
- CARNEIRO, SUELI. MULHER NEGRA. **CADERNOS GELEDÉS, INSTITUTO DA MULHER NEGRA, CADERNOS IV**, SÃO PAULO 1993.
- _____. **ESCRITOS DE UMA VIDA.** SÃO PAULO: JANDAÍRA, 2019.
- _____. **RACISMO, SEXISMO E DESIGUALDADE NO BRASIL.** SÃO PAULO : SELO NEGRO, 2011. (CONSCIÊNCIA EM DEBATE/COORDENADORA VERA LÚCIA BENEDITO).
- CARVALHO, TATIANE VALÉRIA ROGÉRIO DE CARVALHO. INTERDISCURSOS DO RACISMO: A MEMÓRIA DISCURSIVA DAS PALAVRAS “NIGGER”, “PRETO” E “NEGRO”. IN: LAU, HÉLITON DIEGO; SILVEIRA, ÉDERSON LUÍS. **RAÇA GÊNERO E SEXUALIDADE EM PERSPECTIVAS DISCURSIVAS: TEORIAS E ANÁLISES. VOLUME 1.** SÃO PAULO: PIMENTA CULTURAL, 2019.
- GUIMARÃES, ANTONIO SÉRGIO ALFREDO. COR E RAÇA: RAÇA, COR E OUTROS CONCEITOS ANALÍTICOS. IN: PINHO, OSMUNDO ARAÚJO; SANSONE, LIVIO (ORGS). **RAÇA : NOVAS PERSPECTIVAS ANTROPOLÓGICAS.** - 2 ED. REV. SALVADOR : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA : EDUFBA, 2008.
- GUIMARÃES, JACQUELINE TATIANE DA SILVA. SER NEGRO NO MARAJÓ: NOTAS SOBRE IDENTIDADE E RACISMO NA AMAZÔNIA PARAENSE. **@RQUIVO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO,** BELO HORIZONTE, v. 8, n. 17, 2020, p. 80-106.
- GOMES, NILMA LINO. MOVIMENTO NEGRO E EDUCAÇÃO: RESSIGNIFICANDO E POLITIZANDO A RAÇA. **Educ. Soc.,** CAMPINAS, v. 33, n. 120, p. 727-744, JUL.-SET. 2012. DISPONÍVEL EM [HTTP://WWW.CEDES.UNICAMP.BR](http://www.ceDES.unicamp.br) . ACESSO EM: 30 AGO. 2021.

- HOOKS, BELL. **NÃO SOU EU UMA MULHER. MULHERES NEGRAS E FEMINISMO.** TRADUÇÃO LIVRE PARA A PLATAFORMA GUETO. JANEIRO 2014.
- MOREIRA, ADILSON. **RACISMO RECREATIVO.** SÃO PAULO: PÓLEN, 2019.
- MUNANGA, KABENGELE. A DIFÍCIL TAREFA DE DEFINIR QUEM É NEGRO NO BRASIL. IN: **REV. ESTUDOS AVANÇADOS.** N. 18, p. 51 - 56. SÃO PAULO, 2004. DISPONÍVEL EM:
[HTTPS://WWW.SCIELO.BR/J/EA/A/MNRkNKRH7Vb8HKWTVtNBFDp/?FOR
MAT=PDF&LANG=PT.](https://www.scielo.br/j/ea/a/MNRkNKRH7Vb8HKWTVtNBFDp/?format=pdf&lang=pt) ACESSO EM: 01 SET. 2021.
- NOLETO, RAFAEL DA SILVA. COR DE JAMBO E OUTROS MATIZES AMAZÔNICOS: SOBRE A ABOLIÇÃO DA MULATA E O ADVENTO DA MORENA CHEIROSA NAS FESTAS JUNINAS DE BELÉM. **MANA** 24(2): 132-173, 2018.
- PERES, ÉRICA DE SOUSA; AZEVEDO, ANA D'ARC MARTINS DE. A PRESENÇA NEGRA NA AMAZÔNIA: UM OLHAR SOBRE A VIDA DE MANGUEIRA EM SALVATERRA (PA). IN: **REVISTA MARUPIÁRA.** BELÉM - PA, V. 2: DIVERSIDADE, DIÁLOGOS INTERCULTURAIS E CURRÍCULO, 2015.
- QUIJANO, ANÍBAL. COLONIALIDADE DO PODER, EUROCENTRISMO E AMÉRICA LATINA. BUENOS AIRES: CLACSO, CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES, 2005. DISPONÍVEL EM:
[HTTP://BIBLIOTECAVIRTUAL.CLACSO.ORG.AR/CLACSO/SUR-SUR/20100624103
322/12_QUIJANO.PDF.](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.PDF) ACESSO EM: 31 AGO. 2021.
- SAMPAIO, PATRÍCIA MELO. **ESCRavidÃO E LIBERDADE NA AMAZÔNIA: NOTAS DE PESQUISA SOBRE O MUNDO DO TRABALHO INDÍGENA E AFRICANO.** IN: ANAIS DO 3º ENCONTRO ESCRavidÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL. DISPONÍVEL EM:
[HTTP://WWW.ESCRavidAOELIBERDADE.COM.BR/SITE/INDEX.PHP?OPTION=COM_C
ONTENT&VIEW=ARTICLE&ID=64.](http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=64) ACESSO EM: 23 MAIO 2021.
- ROCHA, ROSELI. RACISMO. **CADERNO 3 SÉRIE ASSISTENTE SOCIAL NO COMBATE AO PRECONCEITO.** DF: CFESS, 2016.
- SALLES, VICENTE. **O NEGRO NO PARÁ: SOB O REGIME DA ESCRavidÃO.** RIO DE JANEIRO: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS; UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1971.
- SALLES, VICENTE. **O NEGRO NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE PARAENSE.** 2 ED. BELÉM: PAKA-TATU, 2015.
- RIBEIRO, DJAMILA. **QUEM TEM MEDO DO FEMINISMO NEGRO?.** 1ª ED. SÃO PAULO: COMPANHIAS DAS LETRAS, 2018.
- RIBEIRO, DJAMILA. **PEQUENO MANUAL ANTIRRACISTA.** SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 2019.

SANTOS, GEVANILDA. **RELAÇÕES RACIAIS E DESIGUALDADE NO BRASIL**. SÃO PAULO: SELO NEGRO, 2009. (CONSCIÊNCIA EM DEBATE/COORDENADORA VERA LÚCIA BENEDITO)

PACHECO, AGENOR. AS ÁFRICAS NOS MARAJÓS: VISÕES, FUGAS E REDES DE CONTATOS. *IN*: SCHAAN, DENISE PAHL; MARTINS, CRISTIANE PIRES. **MUITO ALÉM DOS CAMPOS: ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA NA AMAZÔNIA MARAJOARA**. – 1. ED– BELÉM: GKNORONHA, 2010.

PACHECO, AGENOR. **ASTÚCIAS DA MEMÓRIA: IDENTIDADES AFRO INDÍGENAS NO CORREDOR DA AMAZÔNIA**. 2011.

PACHECO, AGENOR. DIÁSPORAS AFRICANAS E CONTATOS AFROINDÍGENAS NA AMAZÔNIA MARAJOARA. *IN*: **CADERNOS DE HISTÓRIA**, BELO HORIZONTE, V. 17, N. 26, 1º SEM. 2016.

SCHUCMAN, LIA VAINER. **FAMÍLIAS INTER-RACIAIS: TENSÕES ENTRE COR E AMOR**. SALVADOR: EDUFBA, 2018.

SILVA, ANDREZA CRISTINA DA COSTA. **MEMÓRIAS, COTIDIANOS E HISTÓRIAS: RETALHOS DE IDENTIDADES DE MULHERES NEGRAS EM CONSTRUÇÃO**. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM PSICOLOGIA. UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, 2019.

SOUZA, NEUSA SANTOS. **TORNA-SE NEGRO: AS VICISSITUDES DA IDENTIDADE DO NEGRO BRASILEIRO EM ASCENSÃO SOCIAL**. – RIO DE JANEIRO: EDIÇÃO EDIÇÕES GRAAL, 1983.